

IMPACTOS MACROECONÔMICOS NA VARIAÇÃO REGIONAL DA OFERTA DE CRÉDITO

Anderson Cavalcante
Cedeplar/UFMG

Marco Crocco
Professor Adjunto do Cedeplar/UFMG

Matheus Alves de Brito
Cedeplar/UFMG

Resumo: O presente trabalho se insere em uma agenda de pesquisa em economia regional que, se não é recente, pode se dizer que ainda não se consolidou, qual seja, o aspecto financeiro do desenvolvimento regional. O trabalho objetiva analisar de que forma condições macroeconômicas distintas podem influenciar na variação do crédito entre regiões. Dois períodos distintos da economia brasileira recente são analisados: o ano de 1994, cujas principais características foram a estabilização monetária e o crescimento baseado no consumo interno; e 2004 caracterizado por um forte crescimento sustentado pela desempenho exportador. Através da análise *shift-share* da distribuição regional do crédito, procura-se mostrar que o crescimento sustentado no mercado interno é mais propício à distribuição do crédito regionalmente se comparado com o crescimento sustentado pelo mercado externo. Este resultado lança luzes sobre o debate acerca de qual tipo de crescimento econômico é melhor do ponto de vista do combate às disparidades regionais.

Palavras chave: Economia Regional, Sistema Financeiro, Crédito Regional e Preferência pela Liquidez.

Abstract: This article is part of a research agenda in the financial aspects of regional development. Although this is not a new agenda, it is possible to say that it is not consolidate yet. The paper aims to analyze how distinct macroeconomic environment could affect the variation of credit among regions. Two very distinct periods of the brazilain economy are analyzed: the year of 1994, which could characterized by the monetary stabilization and by the economic growth based on the internal market performance; and the year of 2004, which is characterized by the economic growth based on the performance of external market. Thought the shif-share analyzes of the regional distribution of the variation of credit, it is showed that the economic growth based on the internal market is more favorable to the redistribution of the regional credit if it is compared with the economic growth based on the external market. This outcome shad lights on the debate over what is the best type of economic growth to tackle the regional imbalances.

Classificação JEL: R11, R12, R51.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere em uma agenda de pesquisa em economia regional que, se não é recente, pode se dizer que ainda não se consolidou, qual seja, o aspecto financeiro do desenvolvimento regional. Apesar de um conjunto de trabalhos já terem sido realizados, como mostra MARTIN (1999), não existe ainda um corpo teórico consolidado que unifique tanto o papel quanto a análise do sistema financeiro no desenvolvimento regional. Esta característica, no entanto, não impede de se argumentar que já exista, principalmente entre os geógrafos, uma sub-área de estudos regionais que poderia ser denominada de *circuito geográfico do sistema financeiro* (MARTIN, 1999).

Na literatura econômica, grande parte das contribuições relativas ao papel da moeda em economias regionais tem se originado da economia macro-monetária. Tais trabalhos partem de inferências nacionais e dados que são regionalizados para cair em uma discussão antiga: se a moeda importa ou não. Os trabalhos com caráter de pura economia regional, por outro lado, sempre se pautaram por modelos que encaram a moeda como neutra (pelo menos em nível regional) ou, no melhor dos casos, como se tivesse uma perfeita mobilidade entre regiões; os fluxos monetários intra-regionais seriam vistos como simples reflexos dos diferentes níveis de desenvolvimento das regiões e de suas instituições. A moeda e os fluxos financeiros têm sido considerados muito mais um resultado das diferenças regionais do que como um fator que possa ter influenciado essa diferença.

RICHARDSON (1972, 1973) citado por DOW, S.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. (1997) afirma que economistas que trabalham com economia regional estão embebidos em teorias do crescimento que tomam os movimentos de capital e trabalho como livres e sem custos entre regiões e a informação como perfeitamente disponível. Tal autor ainda sugere que o provável caráter aberto das economias regionais e a falta de ferramentas de política monetária estariam deixando a economia regional sem identidade monetária. A não neutralidade da moeda ocorreria não apenas a nível nacional

“Regional monetary analysis therefore correspond with global monetarism since regions, like all small open economies, face a horizontal supply of money at some interest rate which, in turn, is fixed in national, or international markets.” DOW, S.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. (1997: p.903).

Os capitais movimentam-se livremente entre regiões e apenas são espelhos dos fluxos reais, a não ser que alguma falha de mercado interrompa tal comportamento acomodativo.

Embora as raízes de diferenças de renda regionais possam ser encontradas em fatores estruturais, variáveis monetárias podem ser responsáveis pela manutenção e ampliação destas diferenças de renda regional quando se adota uma abordagem em que a moeda e os bancos são sempre não neutros para o desenvolvimento regional. A teoria monetária pós-keynesiana considera a moeda como uma parte integrante do processo econômico e, desta forma, uma clara distinção entre o lado monetário e o real da economia não pode ser feita (DOW, 1993). Para os pós-keynesianos a moeda não é exógena, entrando no sistema econômico através do crédito gerado pelos bancos e induzido pela sua demanda. Assim, o crédito permite determinar o investimento ao invés de determinar o nível geral de preços, tornando a moeda parte integrante do processo econômico e não neutra.

No Brasil, desde o trabalho seminal de AMADO (1997) alguns autores vêm trabalhando nesta área e seus resultados ainda podem ser considerados exploratórios (AMADO 1998, 1999; SICSÚ & CROCCO, 2003; CROCCO *et al.* 2003; VASCONCELOS *et al.* 2003; CROCCO e CASTRO, 2004; ALEXANDRE, *et al.* 2004; ALEXANDRE *et al.* 2005; CROCCO *et al.* 2005 ; entre outros). Este trabalho continua esta ampla linha de investigação, através do estudo detalhado das variações do crédito nas microrregiões do Sudeste para os anos de 1994 e 2004, relacionando as diferentes variações do crédito nestes períodos com o desenvolvimento econômico das regiões através de um arcabouço pós-keynesiano, que apresenta a moeda como um dos fatores primordiais do dinamismo das regiões. Além dessa introdução e uma breve conclusão, temos a seção 2, que expõe os fundamentos teóricos que a análise empírica irá se basear. A

terceira parte será reservada para a descrição das variáveis de oferta de crédito e do método utilizado para sua análise. A seção 4 contém os resultados dessa análise.

2. MOEDA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.

A discussão de como mudanças monetárias poderiam afetar economias regionais em grande parte desenvolveu-se através de estudos que tentavam compreender como a determinação de políticas monetárias a nível nacional influenciava a economia a nível regional.

BEARE (1976) testou em seu artigo o argumento monetarista de que ciclos reais são devidos a choques monetários a nível regional porque se a moeda influencia flutuações no nível de atividade nacional, então também influencia flutuações regionais. A conclusão do autor é que seu modelo confirma a importância da política monetária nacional na determinação da renda regional, com impactos diferenciados segundo a elasticidade renda (ou riqueza) da demanda das regiões.

A preocupação com a aplicação de modelos reduzidos à esfera regional foi demonstrada por trabalhos de MATHUR e STEIN (1980, 1982, 1983) que se instigaram pelas limitações e perigos de tal recurso. Eles tomaram a mesma modelagem de BEARE (1976) e estimaram dados para outras regiões dos Estados Unidos durante dois períodos amostrais (1952 a 1968 e 1952 a 1976). Seus resultados mostraram multiplicadores fiscais altamente significantes quando comparados aos monetários, consistentes com o enfoque monetarista, mas altamente instáveis, o que levantou certo ceticismo quanto a modelos reduzidos. A explicação mais plausível poderia ser obtida considerando o real papel do crédito nos ciclos reais; de fato, moeda e renda têm uma alta correlação durante os ciclos, independente de causalidade; mas é o crédito é que desencadeia o processo de investimento na atividade produtiva, segundo a taxa de retorno do capital.

GARRISON e CHANG (1979) estimaram um modelo de base exportadora de cunho novo-keynesiano para oito regiões dos Estados Unidos e concluíram que em regiões mais urbanizadas, de maior centralidade, políticas monetárias e fiscais têm maior impacto; as elasticidades fiscal e monetária da renda eram maiores em regiões com concentração em atividades de manufatura de bens duráveis.

Estes trabalhos, entre outros, deram margem à uma visão monetarista da atuação da moeda como variável perturbadora dos ciclos reais. Mas, segundo DOW e RODRÍGUEZ-FUENTES (1997), a consideração da oferta de moeda como exógena e seu total controle pelas autoridades através de operações de mercado aberto têm sido cada vez mais refutadas por uma crescente literatura, que enfatiza a importância da atuação dos intermediários financeiros na economia.

Estendendo a análise da influência regional da moeda, apareceram trabalhos que discutiam a disponibilidade de crédito entre regiões. Diferentemente da discussão acerca da taxa de juros e dos efeitos de políticas monetárias, esses trabalhos se pautavam pela tentativa de explicar os diferentes padrões de oferta de crédito segundo problemas de imperfeição de mercado, disponibilidade de informação e diferentes custos na obtenção dessas informações. ROBERTS e FISHKIND (1979) avançam um pouco nessas conclusões, adicionando razões como a não homogeneidade, entre as regiões, de ativos financeiros em termos de liquidez, maturidade e risco, o que explica a segmentação dos mercados financeiros regionais e também diferenças entre preferência pela liquidez e aversão ao risco dos agentes, o que resulta em diferenças na elasticidade juros da oferta e da demanda de ativos. Isto seria particularmente verdadeiro se considerarmos a existência de regiões centralizadas e regiões mais isoladas: bancos e tomadores de empréstimos mudam seu comportamento segundo estejam localizados em regiões periféricas ou centrais, onde o nível de informação, o risco e a disposição em emprestar ou tomar emprestado variam.

O caminho trilhado neste artigo toma outros guias para o entendimento da moeda na economia regional; os primeiros passos seguem trilhas de evidências do papel da moeda no desenvolvimento regional

estudando os efeitos do comércio e de fluxos financeiros em uma base monetária regional. Espera-se que tal base monetária regional varie de acordo com exportações e importações de bens, de serviços e de capital financeiro. DOW (1982) comparou duas regiões, uma desenvolvida e outra em desenvolvimento e concluiu que expansões monetárias nacionais têm maiores efeitos em uma região desenvolvida devido a uma menor preferência pela liquidez e menor propensão a importar. Economias contemporâneas com igual base monetária possuiriam multiplicadores monetários mais elevados quanto mais otimistas forem as expectativas sobre os preços locais dos ativos; mais líquidos os mercados locais destes ativos; maior o grau de desenvolvimento financeiro e mais favorável seu resultado comercial com outras regiões. Este modelo foi o primeiro a introduzir parâmetros comportamentais, como a preferência pela liquidez de bancos e tomadores de empréstimo, numa análise de transmissão de choques monetários.

Os desenvolvimentos pós-keynesianos na literatura regional e de crédito regional assumem o mercado como imperfeito e a moeda como parte integral do processo econômico, estudando os padrões de criação de crédito e como isso varia de região para região, considerando tanto a demanda quanto a oferta do mercado regional de crédito. Para os pós-keynesianos a moeda é relacionada ao crédito e à demanda, e participa do sistema econômico por duas vias: através de uma mudança de portfólio, iniciado por autoridades monetárias através de operações fiscais e de mercado aberto e assim pode ser considerada como exogenamente controlada (RODRÍGUEZ-FUENTES, 1998); e através de um processo de geração de renda, pois o processo produtivo leva tempo e necessita de investimento ex-ante para insumos antes da venda do produto final. O crédito então faz a ligação necessária para o *gap* financeiro produtivo.

2.1. MOEDA, DEMANDA EFETIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL.

Ao formular o princípio da demanda efetiva, Keynes remonta à concepção mais intuitiva e indutiva de J. B. Say de que em uma economia empresarial a produção só ocorre se o empresário esperar obter, com a venda de mercadorias, uma soma de dinheiro superior à que ele possuía inicialmente. Keynes parte de um aspecto psicológico fundamental: de que um indivíduo gasta parte de sua renda e poupa o resto, dado seus hábitos, interesses etc. Se a sua renda aumenta, então ele gasta mais (e também poupa mais). Em um nível agregado, aumentos da renda nacional aumentam a diferença entre o total da renda e o total de consumo. A partir disso, Keynes pretende formular, em contraposição à Lei de Say, a “verdadeira” lei relacionando as funções de demanda e oferta agregadas, na qual há vazamentos por onde parte da renda é poupada e parte da poupança satisfaz-se em se manter na forma de dinheiro. Como o investimento é autônomo em relação à renda, e a taxa de juros ajusta antes a oferta e demanda de dinheiro do que o investimento e a poupança, o aumento da renda, derivado do aumento da produção, não gera aumento equivalente da demanda. Mas não só o investimento é um atributo autônomo; mais intrinsecamente, o dispêndio (seja na compra de bens e serviços, seja nas aplicações financeiras) também pode ser considerado autônomo, apresentando, segundo SILVA (1999, p.52), duas dimensões:

1. o gasto é autônomo em relação à renda corrente, dado que esta é apenas um dos seus determinantes; o poder de compra dos agentes econômicos depende da liquidez dos ativos presentes em seu portfólio e da sua capacidade de alavancar recursos;
2. o agente decide gastar e não tem influência em quanto vai receber. À decisão de gastar contrapõe-se ao ato passivo de receber, gerando uma assimetria entre o dinheiro e a riqueza em alguma expressão particular.

Na *Teoria Geral*, Keynes define demanda efetiva como valor da renda agregada no ponto de interseção entre as funções de oferta e demanda agregadas, com a demanda representando “o retorno que os empresários esperam receber do emprego de N homens” (p.25). Nesse ponto, as expectativas dos capitalistas quanto à maximização de lucros são confirmadas; o sistema econômico está em equilíbrio estável e o nível de emprego atingido será mantido, independentemente se esteja abaixo do pleno emprego.

AMADEO (1989) simplifica o formato do conceito em um sua apreciação mais fundamental:

“given a change in investment demand (or any other autonomous component of aggregate demand), the level of income (that is, the levels of price and output) will change in such a way that, in equilibrium, the corresponding change in saving will be equal to the initial change in investment” AMADEO (1989, p.??).

POSSAS articula alguns pontos importantes do conceito de demanda efetiva e assim aprofunda seu entendimento. Ele a define da seguinte maneira:

“Em qualquer ato de compra e venda tomado isoladamente, produz-se um fluxo monetário – pagamento de um lado, recebimento de outro – decorrente de *uma única* decisão autônoma: a de efetuar determinado dispêndio. Portanto, tomando-se o conjunto de transações efetuadas numa economia mercantil durante um período de tempo arbitrário, o fluxo monetário total de receitas, idêntico ao de despesas e a elas correspondente, terá sido determinado pelas decisões individuais de *gasto* dos agentes econômicos na aquisição de mercadorias (bens e serviços)”. (POSSAS, 1987, p.51) (grifos do autor).

POSSAS obrigatoriamente assume um papel para o dinheiro que reforça uma causalidade, em princípio, unilateral para a demanda efetiva; a assimetria entre dinheiro e mercadoria torna-se aqui uma assimetria entre gasto (compra) e receita (venda), com o poder de compra se sobrepondo nesse arcabouço como uma decisão de gasto totalmente autônoma, livre e cuja finalidade é o processo de troca. O que importa é a autonomia de todo e qualquer dispêndio em relação à renda prévia, pois é possível se gastar indeterminadamente mais ou menos da renda, pois não se gasta a renda, mas sim gasta-se *a partir* de dado poder de compra, que tem relação parcial e indireta com a renda. Para POSSAS

“os capitalistas não podem decidir alterar o que ganham, mas só podem decidir o que gastam (em investimento ou em consumo); logo, é a soma dos seus gastos que determina a sua renda, e não o contrário” (POSSAS, 1999, p.19).

A decisão é de quanto gastar em face do poder de compra disponível, que numa economia mercantil monetária é dado em função da disponibilidade de crédito, das reservas monetárias e de outros ativos com alguma liquidez. Já com relação a Keynes, é perceptível em sua formulação que o princípio da demanda efetiva está inserido em um corpo teórico maior, onde a moeda é parte essencial do processo econômico e se faz presente em todas suas formas em todas as esferas discutidas. A moeda para Keynes é antes de tudo um ativo, apresentando características de alta liquidez e balanceando a alocação da riqueza entre os outros ativos existentes na economia. Independente da abordagem, marca-se notadamente a importância da disponibilidade de crédito como propulsor da atividade econômica e conseqüente desenvolvimento regional. Mais que uma simples ponte entre investimento e produção, assumir esse papel para a moeda é proporcionar a inversão da causalidade neoclássica entre renda e crédito. Ao invés da variação na renda proporcionar flutuações nos depósitos e crédito nas regiões, mudanças na preferência pela liquidez devido a maior ou menor confiança na economia é que abrem a possibilidade para mudanças endógenas no crédito regional e conseqüentemente na renda regional (DOW, 1987).

A interdependência entre oferta e demanda de crédito regional é ponto chave da teoria pós-keynesiana. A oferta de crédito é influenciada tanto pela preferência pela liquidez quanto pelo estágio de desenvolvimento bancário¹. Este determina a habilidade de um banco em prover crédito segundo sua base de depósitos e determina a oferta endógena de moeda. Regiões mais desenvolvidas, com bancos em estágios mais avançados têm maior capacidade de criação de crédito, pois convivem com maiores taxas de poupança e depósitos, frutos de um ambiente econômico de menor incerteza. A incerteza determina a

¹ Sobre estágios de desenvolvimento bancário, ver DOW (1999).

preferência pela liquidez dos agentes, que é menor em regiões menos remotas, que possuem maiores expectativas regionais de crescimento da renda, maior estabilidade econômica e expectativas favoráveis quanto à direção das políticas monetárias coordenadas pelo Banco Central.

Um lugar central² atua como um centro de serviços centrais para si mesmo e para áreas imediatamente próximas (região complementar). A existência de uma hierarquia de lugares centrais de acordo com a menor ou maior disponibilidade de bens e serviços que necessitam estar em uma localização central (bens e funções centrais) decorre da essencialidade do bem e de quanto maior for sua área de mercado.

Considerando essa definição, podemos trabalhar com dois tipos extremos de regiões: uma central e outra periférica. O centro seria uma região próspera, com mercados ativos e sofisticação financeira (e menores níveis de preferência pela liquidez dos agentes). A periferia seria uma economia em patamares baixos de desenvolvimento, com tênues mercados, um menor grau de sofisticação financeira³ e sérios problemas de vicissitudes em seu arranjo econômico que perpetuam ciclos de baixa renda e baixa prosperidade agravados por multiplicadores bancários atenuados. Dessa forma, bancos presentes nas regiões periféricas não conseguem escapar de um ambiente que força a alta liquidez de seus ativos, o que reduz a disponibilidade de crédito e conseqüentemente paralisa o processo de *finance* e *funding* que poderia alavancar a dinâmica econômica regional. Além disto, esta contextualidade espacial abre caminho para que o agente possa manter, simultaneamente, ativos de economias de várias regiões, implicando na endogeneização espacial da base monetária, enraizando as diferenças entre centro e periferia e reforçando o caráter distinto das ofertas regionais de moeda⁴.

As regiões periféricas, concentradoras de atividades primárias e manufaturas intensivas em trabalho, vivem uma dinâmica econômica centrada na exportação para o centro, sendo as receitas de suas vendas sensíveis à conjuntura externa e, conseqüentemente, altamente voláteis. O centro possui *spread effects* sobre a periferia não apenas nas suas demandas de produtos, mas também na difusão de tecnologia, mão-de-obra qualificada e serviços através de suas filiais, promovendo uma dependência centro e periferia. Estas características implicam que a preferência pela liquidez será maior na periferia para os seus residentes, sejam bancos, empresários ou público, dado que existe um alto risco de perda de capital para os bancos (maiores riscos de *default* dos empréstimos), menor disponibilidade de empréstimos e maiores juros bancários devido à menor eficiência marginal do investimento para as empresas e altos níveis de incerteza percebida pelo público na obtenção da renda.

Nessa linha de raciocínio, percebe-se que os bancos possuem papel fundamental no sistema econômico. Ao invés de serem meros intermediadores entre investidores e tomadores, eles são agentes ativos que forcem o uso de recursos para a compra de bens de capital que contribuem para o desenvolvimento da economia. Bancos em maiores estágios de desenvolvimento têm o poder de recriar moeda, podendo ampliar sua base de depósitos e assim ofertar crédito para a região. O aumento da disponibilidade de crédito regional deriva-se de reduções da liquidez dos ativos financeiros das economias, afetando a oferta e a demanda por crédito; reduções da incerteza e da preferência pela liquidez dos agentes aumenta a demanda por crédito pois os tomadores estarão mais dispostos a se endividar e os emprestadores estarão com seus ativos menos líquidos, favorecendo a oportunidade dos bancos de aumentar a oferta de crédito pois estarão mais otimistas com relação à lucratividade de seus recursos e aos riscos de seus empréstimos.

² A centralidade característica de um lugar central decorre do fato de uma determinada região possuir densidade de população e atividades econômicas tais que permitam a esta o fornecimento de bens e serviços centrais tais como, comércio atacadista e varejista, serviços bancários, organizações de negócios, serviços administrativos, facilidades de educação e diversão etc. Para saber mais, ver CHRISTALLER (1966).

³ O modelo considera que mesmo dentro de uma nação as inovações financeiras somente se estendem do centro financeiro para regiões mais remotas após um certo *lag* de tempo e que custos de transações adicionais e de informação ajudam a preservar esta diferença.

⁴ DOW (1982) trabalha com um sistema bancário de base regional. Entretanto, seus argumentos de diferenças na oferta de moeda continuam válidos em um sistema bancário nacional onde o fluxo de capitais pode ser exacerbado e o destino das alocações dos recursos dependem crucialmente das decisões do centro, para onde o capital flui e os níveis de depósitos são maiores.

Trabalhos como os de KELEHER (1979), CEBULA & ZAHAROFF (1974), ASPINWALL (1979), HUTCHINSON e McKILLOP (1990) e FAINI *et al.* (1993) tratam da investigação dos fatores que levam à diferenciação da taxa de juros regionais, e chegam à conclusão que na maioria dos casos tais níveis de taxas de juros eram devido à diferenças na estruturação do mercado regional (taxa de concentração bancária, número de instituições etc.), risco (probabilidade de inadimplência e risco de falência bancária), custos de transação diferenciados, distanciamento de mercados centrais e redução da quantidade e qualidade de informação seriam os responsáveis por diferentes taxas de juros e disponibilidade de crédito entre regiões.

Em um ambiente de incerteza crescente, bancos nacionais podem emprestar menos para a periferia dada sua estrutura econômica e o remoto controle sobre as suas filiais. Bancos específicos da periferia, por sua vez, irão preferir manter um nível de reservas mais alto e restringir os empréstimos locais, colocando-se em uma posição de desvantagem relativa e encorajando a concentração bancária no centro. Além disto, a maior preferência pela liquidez do público na periferia se traduziria em maior parcela de depósitos a vista sobre depósitos a prazo, o que poderia obrigar bancos a diminuir o prazo de seus empréstimos para ajustar ao menor prazo dos depósitos, gerando menos recursos de longo prazo para a região.

O comportamento dos poupadores também é influenciado por mudanças na preferência pela liquidez, levando-os a adotar portfólios mais ou menos líquidos segundo a incerteza frente à economia. Um aumento na preferência pela liquidez de agentes regionais pode fazer com que levem seus ativos para regiões mais centrais, o que diminui a disponibilidade de crédito em sua região original. Quanto maior a habilidade do banco em expandir crédito independente de sua base de depósitos e quanto menor o efeito das saídas de recursos financeiros na preferência pela liquidez dos próprios bancos, menor será a perturbação na disponibilidade de crédito da região.

Pelo lado da demanda por crédito, baixas expectativas em relação à economia regional levam a um aumento da preferência pela liquidez, o que deprime a demanda por fundos porque investidores se tornam mais precavidos e não querem se endividar. Por outro lado, altas expectativas regionais aumentariam a demanda por crédito, tanto porque os bancos também se tornam mais otimistas e ofertam mais crédito, quanto porque investidores estão mais propensos a tomar recursos.

É seguindo esse arcabouço teórico que procura-se, neste artigo, entender a variação do crédito entre regiões através de uma análise empírica que privilegia dois períodos distintos da economia brasileira, tentando inferir resultados sobre essa possível diferenciação e suas conseqüências sobre as regiões.

3. FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

Os dados sobre crédito bancário foram adquiridos através da do Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN) para os meses de Abril e Setembro de 1994 e de 2004. A escolha destes dois anos se deve ao fato de ambos apresentarem taxas de crescimento da economia significativas (em torno de 5%) apesar de contexto bastantes distintos: em 1994 tínhamos o início do Plano Real, com taxa de câmbio fixa e em 2004 um ano de crescimento econômico significativo após um fraco desempenho em 2003, com taxa de câmbio flutuante e o controle da inflação já consolidado. (ver tabela xx).

A transação PCOS660 disponibiliza o consolidado do sistema bancário a nível municipal, isto é, o agregado dos balancetes das agências da caixa econômica federal, dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial de cada cidade. Infelizmente, o Banco Central não disponibiliza os dados para cidades com menos de 3 agências. Essa limitação restringiu o número de cidades a 562. Depois de deflacionadas pelo índice IGP-DI, tendo como mês-base janeiro de 2005, as cidades foram agregadas sob a forma das microrregiões proposta pelo IBGE. Por não terem cidades com 3 ou mais agências bancárias, não foi possível ter acesso aos dados das microrregiões de Grão Mogol, Pedra Azul, Peçanha, Conceição do Mato Dentro, Itaguara e Andrelândia em Minas Gerais, Paraibuna/Paraitinga e Bananal em São Paulo e Santa Maria Madalena no Rio de Janeiro.

Dos balancetes, foram selecionadas as contas desagregadas que representam o detalhamento das operações de crédito: Empréstimos e Títulos Descontados (conta 161); Financiamento Industrial (162); Financiamento para Custeio e Investimento Agrícola (163); Financiamento para Custeio e Investimento Pecuário (164); Financiamento para a Comercialização Agrícola (165); Financiamento para a Comercialização da Pecuária (166); Financiamentos Agroindustriais (167); Financiamento Imobiliário (169) e a conta Outros Créditos (172). A TABELA 1 abaixo descreve os principais componentes dessas contas, segundo dados dos balancetes (documento do Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF) do agregado da área bancária do Sistema Financeiro Nacional para o primeiro semestre de 2004.

Empréstimo e títulos descontados	161	Empréstimos (90%) e títulos descontados (10%)
Financiamentos	162	Financiamentos produtivos (93%), exportação (1%) e importação (5%)
Agricultura - custeio e investimento	163	Custeio (49%) e investimento (51%)
Pecuária - custeio e investimento	164	Custeio (30%) e investimento (70%)
Agricultura - comercialização	165	Comercialização (100%)
Pecuária- comercialização	166	Comercialização (100%)
Financiamentos agroindustriais	167	Capital de giro (83%) e investimento em beneficiamento (12%) e investimento em transformação (3%)
Financiamentos imobiliários	169	Financiamentos habitacionais (92%), financiamento em infraestrutura e desenvolvimento (7%)
Outros créditos	172	Relacionados a operações cambiais (60%), créditos tributários (19%) e devedores por depósitos em garantia (11%)

FONTE: SISBACEN.

Na análise que se segue foi utilizado o método *estrutural-diferencial (shift-share)*, visando descrever a variação do crédito na região Sudeste nos anos 1994 e 2004 em termos de suas contas principais (empréstimos, financiamentos industriais, agropecuários, habitacionais, etc.). Este método não apresenta nenhuma hipótese de comportamento entre as variáveis, sendo constituído, essencialmente, de um conjunto de relações contábeis. A relevância de seu uso se dá na medida em que o volume de crédito bancário não varia uniformemente nem entre seus componentes, nem entre as microrregiões, ou seja, o fornecimento do crédito varia mais em um setor da economia do que em outro e mais em uma região do que em outra.

O método *estrutural-diferencial* permite justamente discernir quanto da variação do crédito de cada microrregião foi devido ao acompanhamento da variação observada na região Sudeste (variação regional), quanto foi devido à constituição da carteira de crédito de suas agências bancárias como um todo (variação estrutural) e quanto se deu pela dinâmica própria de cada microrregião (variação diferencial); o método é capaz de descrever a variação (crescimento) de uma região em termos de sua estrutura econômica. No caso tratado neste trabalho, avalia-se a variação do crédito de uma região em termos de suas modalidades principais, para daí tentar diferenciar a variação dos seus diferentes componentes, no sentido em que o crescimento das variáveis de crédito é maior para algumas modalidades e maior em algumas localidades. Não há nenhuma hipótese de comportamento a priori sobre as variáveis.

Formalmente, temos que a variação do volume do crédito bancário em um microrregião é dada por

$$\sum_i Cred^1_{ij} - \sum_i Cred^0_{ij} = \Delta_{Regional} + \Delta_{Estrutural} + \Delta_{Diferencial} \quad (1)$$

onde i é o tipo de crédito e j a microrregião.

A variação regional é o acréscimo de crédito que a região teria se variação que ali tivesse ocorrido fosse a mesma da variação média de todas as contas do sudeste. Assim, temos que

$$\Delta_{Regional} = \sum_i Cred^0_{ij} (r_{it} - 1) \quad (2)$$

onde $r_{it} = \frac{\sum_i \sum_j Cred^1_{ij}}{\sum_i \sum_j Cred^0_{ij}}$ = taxa de variação do crédito total do sudeste.

A variação estrutural representa a variação do crédito que a região apresenta devido à composição da sua carteira de crédito, isto é, a variação relativa à maior (ou menor) presença de créditos que cresceram a taxas maiores (ou menores) do que a taxa de variação do crédito total do sudeste (r_{it}). Há algumas formas de crédito que crescem na região Sudeste mais que outros tipos de crédito, principalmente por políticas econômicas voltadas a certos setores (como o agroexportador) ou devido a políticas monetárias restritivas (que impõe barreiras ao consumo). Se a variação é positiva há uma especialização da região no tipo de crédito que varia mais globalmente (no caso a Região sudeste). Uma região que se especializa nestas contas cresce mais (apresenta variação estrutural positiva). Assim,

$$\Delta_{Estrutural} = \sum_i Cred^0_{ij} (r_{it} - r_{it}) \quad (3)$$

onde $r_{it} = \frac{\sum_j Cred^1_{ij}}{\sum_j Cred^0_{ij}}$ = taxa de variação do crédito tipo i no sudeste.

A variação diferencial indica a variação do crédito observado na região devido à dinâmica própria da região, ou seja, o montante positivo (ou negativo) de crédito que a região obteve porque variou a taxas maiores (ou menores) que a média de cada tipo de crédito para o sudeste (r_{it}). É o montante (positivo ou negativo) de crédito que a região j obtém porque a taxa de crescimento do crédito (ou em diferenciadas formas de crédito) foi maior (ou menor) nesta região do que na média nacional. Tendo ocorrido diferenciações próprias das microrregiões específicas (como crescimento específico de determinados setores de atividade econômica localizados), essas apresentam crescimento maior do crédito do que a média da região sudeste. Assim,

$$\Delta_{Estrutural} = \sum_i Cred^0_{ij} (r_{ij} - r_{it}) \quad (4)$$

onde $r_{ij} = Cred^1_{ij} / Cred^0_{ij}$ = taxa de variação do crédito tipo i na microrregião j .

Por uma simples manipulação algébrica, temos que a diferença entre a variação efetiva do volume de crédito de cada microrregião e sua variação hipotética, i.e. a variação estimada pela média do sudeste, deve-se a dois fatores: um estrutural e outro diferencial. Assim, se o crédito bancário em uma região variou mais ou menos que a média do sudeste, isso foi devido à ação dessas duas forças. A esta chamamos de variação líquida. Temos, então, que

$$\Delta_{Liquida} = \left(\sum_i Cred^1_{ij} - \sum_i Cred^0_{ij} \right) - \Delta_{Regional} = \Delta_{Estrutural} + \Delta_{Diferencial} \quad (5)$$

4. ANÁLISE DOS DADOS⁵

A análise da distribuição dos créditos será efetuada com a desagregação deste em nove categorias. A TABELA 2 abaixo mostra a variação do volume do crédito nestas categorias entre Abril e Setembro dos anos 1994 e 2004.

TABELA 2 – Variação do Volume de Crédito em 1994 e 2004

Sudeste	1994			2004			
	Volume de Crédito em Abril		Variação até Setembro (%)	Volume de Crédito em Abril		Variação até Setembro (%)	
	Milhões de Reais	%		Milhões de Reais	%		
Empréstimo e títulos descontados	161	95.796,57	33,29	13,08	112.902,93	32,54	4,74
Financiamentos	162	40.561,79	14,10	25,31	70.116,09	20,21	-0,17
Agricultura - custeio	163	6.780,39	2,36	6,89	10.250,55	2,95	5,94
Pecuária - custeio	164	718,66	0,25	19,01	2.277,69	0,66	0,41
Agricultura - comercialização	165	1.135,04	0,39	18,51	1.243,04	0,36	92,19
Pecuária- comercialização	166	230,96	0,08	-42,06	201,79	0,06	-18,81
Financiamentos agroindustriais	167	466,08	0,16	1,70	785,74	0,23	-49,93
Financiamentos imobiliários	169	23.005,68	7,99	15,91	17.233,72	4,97	-4,11
Outros créditos	172	113.152,49	39,32	-5,17	131.951,16	38,03	-3,90
Total do Crédito		287.766,11	100,00	8,39	347.001,91	100,00	0,20

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DO SISBACEN.

Como pode ser observado, o volume total de crédito apresentou uma variação positiva maior no decorrer do ano de 1994 do que 2004 (8,39% contra 0,20% respectivamente). Este resultado pode ser explicado pelo efeito renda e riqueza gerado pelo fim do processo inflacionário em 1994. Este efeito mostrou possuir uma maior capacidade de irradiar positivamente a economia do que o processo de retomada de crescimento apresentado em 2004. O efeito renda pode ser observado através da variação ocorrida na categoria empréstimos e títulos descontados em 1994 (13,08%). Esta categoria atende parcela significativa do endividamento destinado ao consumo. Como consequência deste fenômeno, o financiamento industrial também apresenta uma variação significativa no decorrer de 1994 (25%).

Em 2004, a categoria empréstimos e títulos descontados apresentou uma variação de apenas 4,7% no decorrer do ano, mostrando que o crescimento observado no ano passado não produziu impactos significativos no endividamento para o consumo das famílias. Em 2004 a categoria que apresentou uma maior variação no decorrer do ano foi o financiamento para a comercialização da agricultura (92,2%), refletindo o esforço exportador, confirmando a característica central do crescimento observado neste ano, centrado na exportação do chamado *agrobusiness*, uma vez que a maior variação no decorrer do ano foi nas contas de comercialização da agricultura e pecuária.

A comparação das referidas variáveis nos dois anos revela que, apesar das taxas de crescimento do PIB serem muito próximas nos dois anos, os determinantes deste crescimento foram bastante distintos. Temos em 1994 uma expansão do crédito ditada por um crescimento uniforme de todas os tipos de concessão de crédito, puxadas por um cenário macroeconômico de estabilidade da moeda, crescimento da renda relativa, reduções de incerteza do ambiente econômico e maior otimismo dos agentes. Em 2004, dez anos após a implementação do Plano Real e entre comemorações de uma década com inflação controlada, a variação da oferta de crédito é em sua totalidade devida ao crescimento da oferta de crédito para o setor primário, refletido no crescimento de contas como financiamentos à comercialização e crédito para exportação.

⁵ Inicialmente deve-se ser feita uma ressalva a respeito do formato institucional do setor bancário no Brasil. O país apresenta um sistema de bancos marcado por sua forte concentração, principalmente em São Paulo, que é a sede de vários bancos múltiplos. Osasco, por exemplo, contém a sede do Banco Bradesco, o que faz com que apareçam níveis maiores de operações de crédito nos lançamentos das contas dos balancetes desta microrregião. Esta é uma limitação dos dados que não compromete sua análise para as regiões como um todo, pois a concentração bancária e consequente concentração dos balancetes não interferem na alocação do crédito entre as regiões; os bancos continuam ofertando crédito e essas movimentações necessariamente aparecem nos balancetes dos bancos das cidades.

Esse aspecto sucinta a segunda parte da análise deste artigo, que é a de tentar entender, sob a ótica da oferta de crédito nas microrregiões do Sudeste do Brasil, a diferença entre os crescimentos do ano de 1994 e 2004. Pela visualização das variações dos tipos de crédito concedido nos dois períodos percebe-se que os eles se diferenciam quanto à finalidade: em 1994 o crescimento do crédito é notável em todas as diferentes contas, tanto as respectivas a empréstimos diretos e financiamentos quanto às relativas a créditos agropecuários. Em 2004, o tipo de crédito que alavanca a variação total da região Sudeste é o relativo apenas ao setor agropecuário. Em 1994 temos uma conjuntura de estabilização monetária com conseqüentes ganhos de poder de compra (aumento relativo de renda) pelos agentes, o que remete a um aumento de consumo e de investimentos na economia, o que se reflete em maior concessão de todos os tipos de crédito, tanto para consumo quanto para financiamento produtivo. Em 2004 o crescimento econômico é sustentado principalmente pela variação de crédito agropecuário, especificamente por variações nas contas de crédito destinado à comercialização destes produtos (165, 166 e 172), provavelmente causa dos estímulos crescentes do governo à exportação de produtos primários.

Vale a pena salientar ainda, conforme mostra a TABELA 3 abaixo, que esta diferença na variação do crédito entre 1994 e 2004 é muito maior quando somente o interior é analisado. Como pode ser observado, em 1994 a variação do crédito no interior foi de cerca de 24% enquanto que em 2004 foi de 3,37%. Este resultado mostra que o final do processo inflacionário foi extremamente benéfico para a atividade econômica em regiões periféricas, uma vez que o sistema financeiro deixou de ver estas regiões apenas como locais para a captação de recursos para aplicação com ganhos inflacionários (*floating*). Assim sendo, a concessão de empréstimos nestas regiões passa a ser constituir em uma necessidade para os bancos na busca de alternativas àqueles ganhos inflacionários.

TABELA 3 – Variação do Crédito sem Considerar as Microrregiões que Contém Capitais de Estados.

Interior do Sudeste	1994				2004			
	Volume de Crédito em Abril		Variação até Setembro (%)	Volume de Crédito em Abril		Variação até Setembro (%)		
	Milhões de Reais	%		Milhões de Reais	%			
Empréstimo e títulos descontados	161	15.537,23	36,04	43,35	39.632,29	40,49	2,85	
Financiamentos	162	5.411,21	12,55	45,24	22.206,73	22,69	6,84	
Agricultura - custeio	163	6.345,32	14,72	7,24	7.605,66	7,77	2,18	
Pecuária - custeio	164	609,80	1,41	18,33	1.808,64	1,85	0,62	
Agricultura - comercialização	165	583,64	1,35	55,27	548,64	0,56	55,67	
Pecuária- comercialização	166	47,37	0,11	57,98	41,50	0,04	71,71	
Financiamentos agroindustriais	167	199,16	0,46	45,42	100,82	0,10	-24,33	
Financiamentos imobiliários	169	6.223,10	14,43	14,68	7.421,37	7,58	-2,82	
Outros créditos	172	7.695,98	17,85	-7,63	18.510,45	18,91	2,01	
Total do Crédito		43.116,26	100,00	23,94	97.876,09	100,00	3,37	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

A TABELA 4 (anexo 1) mostra que, em Abril de 1994 as microrregiões de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Osasco e Campinas contemplavam 91% do crédito total da região sudeste, seguidas em concentração pelas microrregiões no entorno do entorno de São Paulo (as micros de São José do Rio Preto, São José dos Campos, Santos, Bauru, Guarulhos, Limeira, Jundiaí, Sorocaba e Piracicaba), fato comum explicado pelo maior desenvolvimento econômico e financeiro do estado de São Paulo. Na outra ponta da tabela temos as microrregiões com menores níveis de concentração de crédito do Sudeste (menor que 0,3%), regiões periféricas notadamente de menor desenvolvimento. Os estados de Minas Gerais (notadamente o Vale do Jequitinhonha) e Espírito Santo concentram a maioria destas micros (por exemplo Guarapari, Itapemirim, Barra de São Francisco, Mantena, Bocaiúva, Capelinha, Almenara, Aimorés, Araçuaí, Guanhões) na maioria localizadas no nordeste da região Sudeste.

Em 2004, os níveis de concentração do crédito sofrem um espraiamento na região Sudeste. Todas as micros das capitais perdem força de concentração: São Paulo reduz de 61% de participação relativa em 1994 para 56% em 2004; as reduções são mais drásticas para as outras microrregiões das capitais (a do Rio de Janeiro reduz 33%, a de Belo Horizonte 52% e a de Vitória 21%). No caso da microrregião de Vitória, que em 1994 apresenta uma concentração de crédito de 0,83% tem sua fatia reduzida em 2004 (0,66%), o que já é suficiente para rebaixar sua classificação na participação da oferta de crédito para níveis abaixo da maioria das microrregiões paulistas. As microrregiões de Osasco e Campinas ampliam sua participação no montante de crédito concedido, com Osasco⁶ ultrapassando as microrregiões de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. À primeira vista, a análise dos dados nos sugere uma desconcentração do crédito comparando os dois períodos. Em 2004 todas as microrregiões do entorno de São Paulo melhoram suas participações relativas na concessão de crédito. Esse padrão também se repete para as microrregiões dos outros Estados, com exceção de Minas Gerais. A microrregião de Belo Horizonte, apesar de redução na participação do Crédito, continua sendo concentradora de recursos, e as microrregiões de seu entorno não têm melhoras significativas.

Valem a pena também notar duas localidades: Uberlândia e Ribeirão Preto. Essas duas microrregiões se destacam por um notável aumento na participação sobre a variação do crédito durante os dois períodos analisados. Enquanto Ribeirão Preto respondia por 1,7% da variação de crédito na região Sudeste durante o ano de 1994 e Uberlândia a 1,5%, no segundo período analisado (2004) essas participações na variação do crédito da região Sudeste saltam para 28% e 24% respectivamente. A microrregião de Campinas lidera com folga quando se menciona a participação na variação do crédito no Sudeste: enquanto a microrregiões das capitais apresentam níveis decedentes de participação na variação do crédito, Campinas responde por 1 % em 94 e 192% em 2004. A maioria das microrregiões paulistas corroboram essa desconcentração regional do crédito (Sorocaba por exemplo responde por 0,5% da variação do crédito total em 1994 e por 12% em 2004), com poucas exceções, como é o caso de São José dos Campos, que reduz essa participação. Essa característica dos dados abre caminho para o entendimento de que as microrregiões como um todo passam a ter mais importância na distribuição do crédito em 2004, com perda relativa para as microrregiões que contém as capitais dos estados.

Este maior espraiamento da distribuição do crédito confirma a análise feita anteriormente acerca da mudança de comportamento do sistema bancário no sentido de buscarem nas operações de crédito a lucratividade de suas operações, após o fim do processo inflacionário. Assim sendo, os bancos passam a incentivar a busca por oportunidades de oferta de crédito, fato este que implicou em uma desconcentração de sua distribuição.

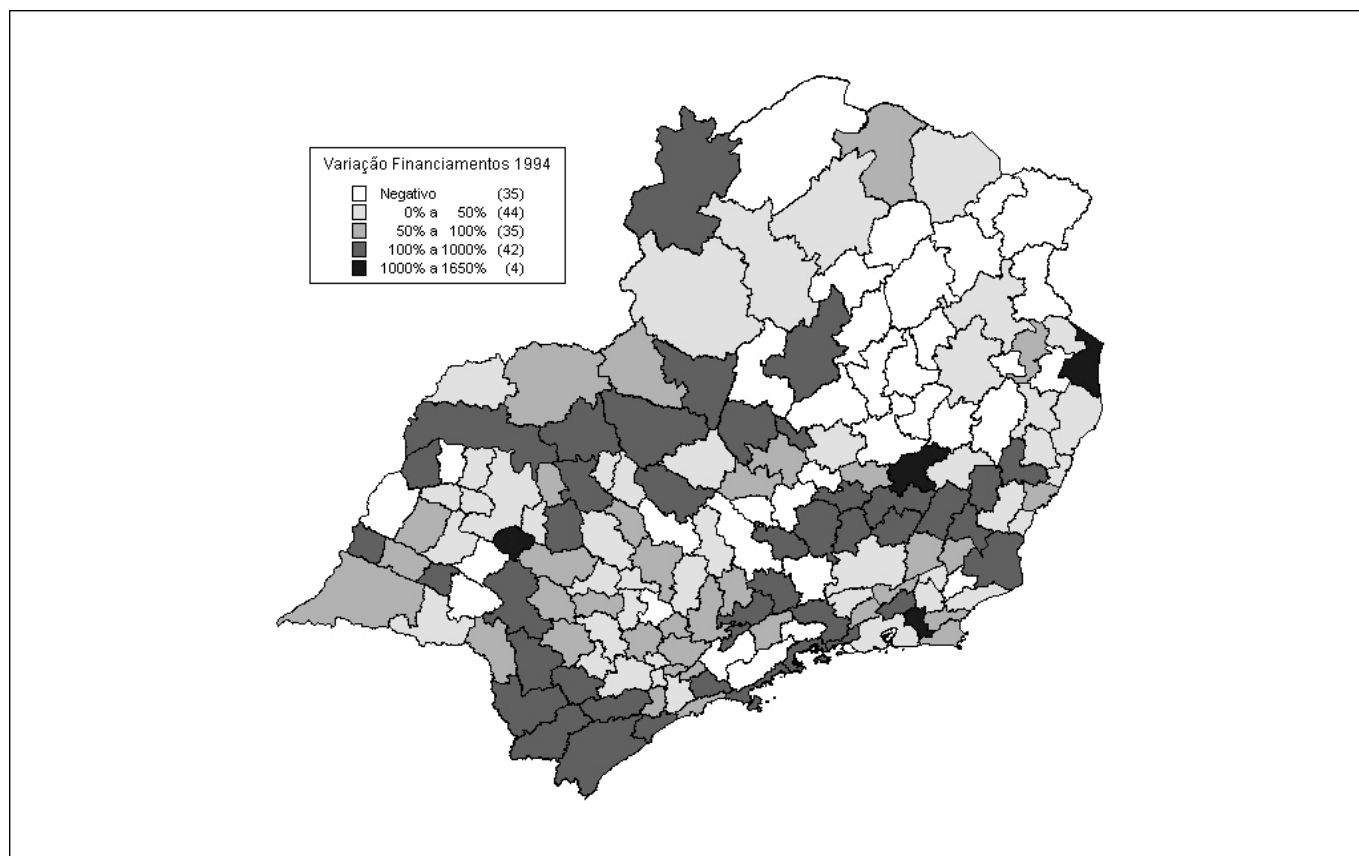
A TABELA 5 (anexo 2) amplifica essa análise regionalmente. Em 1994, das 30 microrregiões que apresentaram uma variação estrutural (global) de crédito maior que a variação diferencial (local), 67% são paulistas. Isso significa que essas microrregiões apresentam crescimento nos tipos de crédito que a região Sudeste como um todo também apresenta. As microrregiões com esse tipo de comportamento oferecem uma conjuntura econômica que privilegia variações nos tipos de crédito semelhantes ao padrão das variações do Sudeste, (ou como queiram, semelhantes ao padrão da microrregião de São Paulo, devido à alta centralidade desta localidade). O comportamento comum, do restante das 160 microrregiões analisadas, é o oposto: as variações diferenciais (locais) do crédito são maiores que as estruturais (globais), o que significa que estas microrregiões têm a oferta de crédito aumentada por aspectos próprios locais, vicissitudes de cada localidade. Da totalidade de microrregiões do Sudeste, 80% tem variações diferenciais (locais). Já em 2004, aliada à desconcentração regional do crédito explicada anteriormente, temos uma concentração do tipo de crédito ofertado, relativo ao setor agropecuário e com vistas ao mercado exportador. Isso se reflete no tipo de variação, que se inverte nesse período: 73% das microrregiões respondem a variações estruturais (globais).

⁶ Como citado anteriormente, a ressalva continua válida. Apesar dos dados referentes à microrregião de Osasco apresentam níveis mais elevados por ser a sede do Banco Bradesco, preferiu-se manter a linearidade da análise, já que estamos comparando as microrregiões da capitais dos Estados.

O resultado acima permite algumas inferências do ponto de vista regional. Em ambos os períodos analisados a economia brasileira apresentou taxas reais de crescimento do PIB significativas para o padrão pós 1980 (5,8% em 1994 e 4,9% em 2004). No entanto, a variação no volume de crédito relativo devido às características locais das regiões foi maior em 1994 do que em 2004. Ou seja, em 1994, o processo de estabilização e o crescimento econômico puxado pela demanda interna, possibilitou um maior diferenciação regional, com possibilidades de reduções das desigualdades regionais, uma vez que as variações diferenciais (locais) de crédito foram maiores do que as variações estruturais (globais). Além disto, em 1994 temos variação do crédito multifacetado em todas as suas formas, destacando-se as vocações de cada região claramente. Regiões periféricas possuem maior variação em contas relativas a empréstimos diretos e financiamentos, frutos da predominância de setores terciários nestas economias que importam bens de regiões centrais; microrregiões com atividade primária destacada têm maior variação (em relação aos outros tipos de crédito) em contas relativas ao setor agropecuário em geral; e regiões centrais, a se destacar a microrregião São Paulo e seu entorno, possuem variações de crédito em todas as contas, daí já considerando que essas variações tem aspecto estrutural (global) mais acentuado, ou seja, variam conforme a variação do Sudeste.

Esses aspectos podem ser vistos claramente quando verificamos as porcentagens de variação para cada microrregião (MAPA 1). Em 1994 a oferta de financiamentos possui alta variância na região Sudeste, fruto da diferença no crescimento apontada para esse ano. É notável a centralidade das microrregiões com relação ao crédito: as regiões do noroeste, norte e nordeste da região Sudeste apresentam variações menores para os financiamentos em 94, enquanto as microrregiões do Triângulo Mineiro, sudeste de Minas Gerais e São Paulo como um todo apresentam maiores variações.

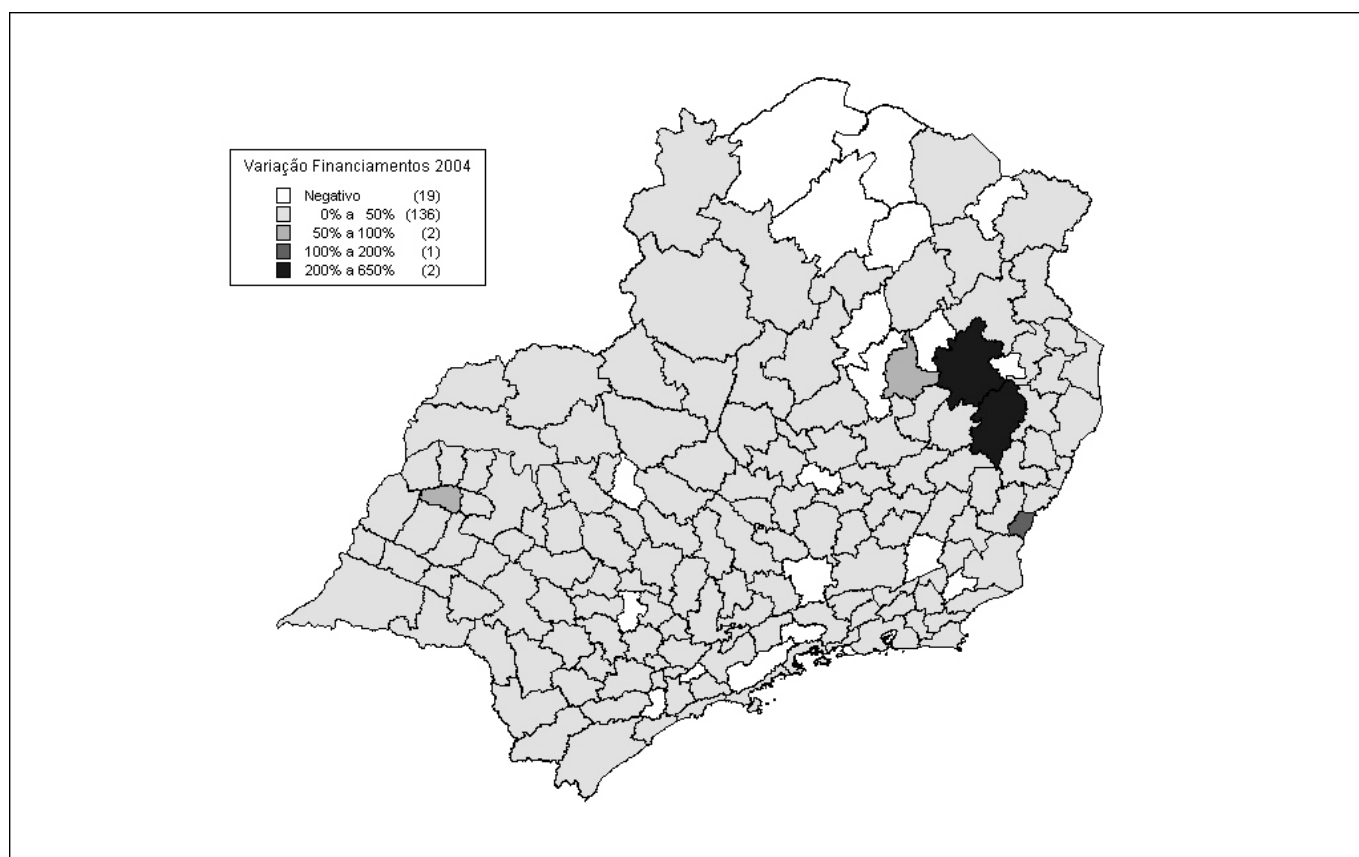
MAPA 1 – Variação da Oferta de Financiamentos para a Região Sudeste – 1994.



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS.

Já pra 2004 a variação da oferta de crédito para financiamento reduz sua variância e se torna mais uniforme entre as microrregiões (MAPA 2).

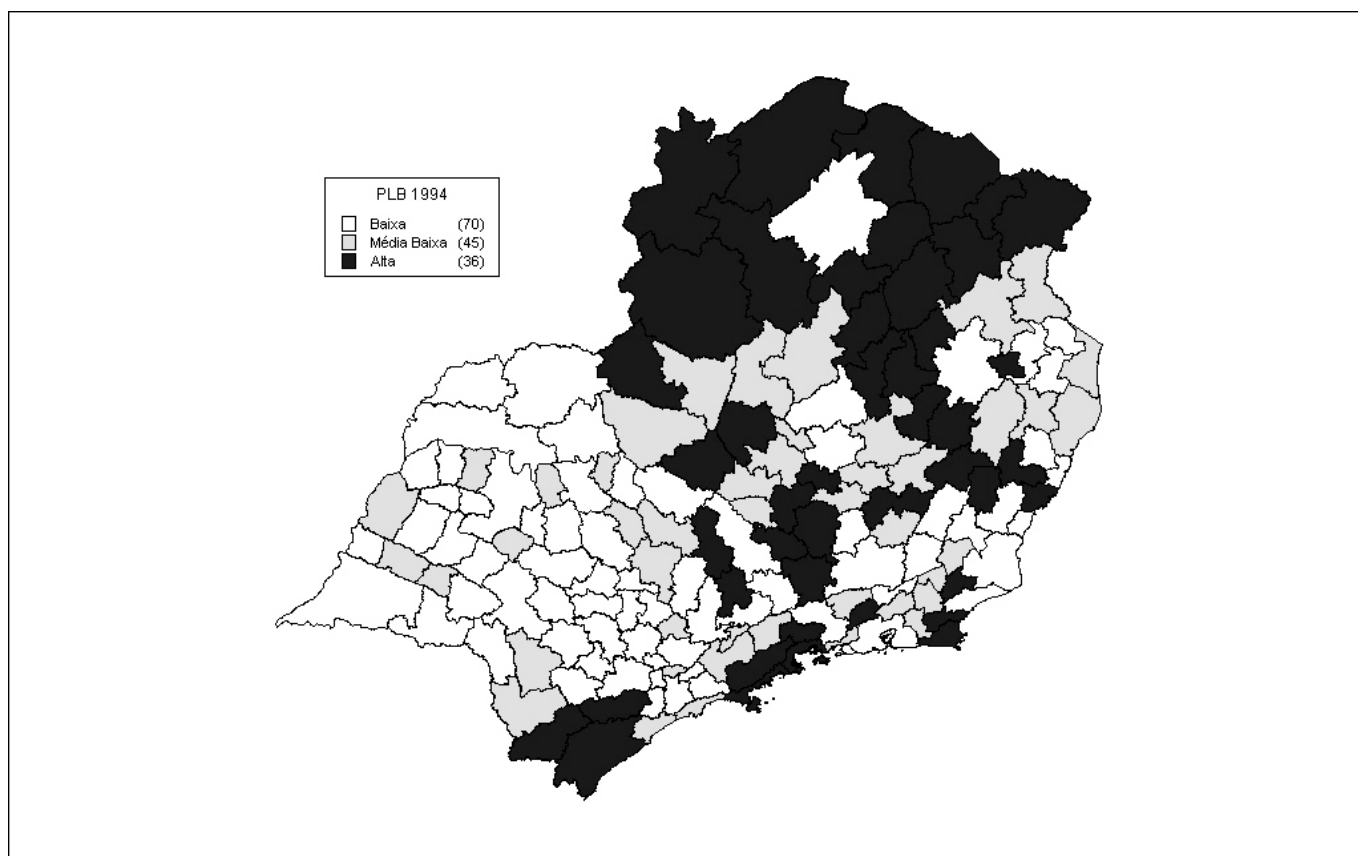
MAPA 1 – Variação da Oferta de Financiamentos para a Região Sudeste – 1994.



O aspecto de redução da variância das taxas de crescimento dos financiamentos é um fato que comprova a diferenciação do crescimento visto pela ótica do crédito: como em 1994 temos um maior grau de variação devido a fatores locais do que globais (e inversamente em 2004) o mapa da distribuição do crescimento das modalidades de crédito em 1994 apresenta-se com índices mais variados do que o mapa de 2004. Em 2004, com o crescimento econômico puxado pelas exportações, na maioria das microrregiões a variação estrutural foi superior às variações diferenciais. Ou seja, o comportamento com relação à concessão de crédito se uniformiza, e aquelas regiões que possuem atividades econômicas relativas ao setor primário apresentam maiores variações (crescimento) na concessão de créditos relativos a essa atividade. A variação da oferta de crédito em forma de empréstimos e financiamentos se reduz em todas as regiões, diminuindo sua variância, acompanhando a tendência global da região Sudeste, mergulhada em uma conjuntura econômica padrão do Plano Real, com redução da renda relativa, constrição do crédito e investimento e políticas industriais e regionais quase nulas, à exceção do incentivo à exportação, carro chefe da economia brasileira atual.

Esse aspecto aprofunda-se dado o grau de centralidade das microrregiões, fato que pode ser visto pelos diferentes níveis de preferência das regiões. A Preferência pela Liquidez dos Bancos (PLB)⁷ é algo marcante quando se leva em consideração o fato de regiões periféricas apresentarem níveis de renda mais baixo e maior incerteza, refletindo-se em níveis de PLB mais altos, pois os bancos preferem manter seus ativos na forma mais líquida, sobre a forma de depósitos à vista, do que alongar a maturidade de seus ativos. Isso pode ser visualizado nos MAPAS 3 e 4.

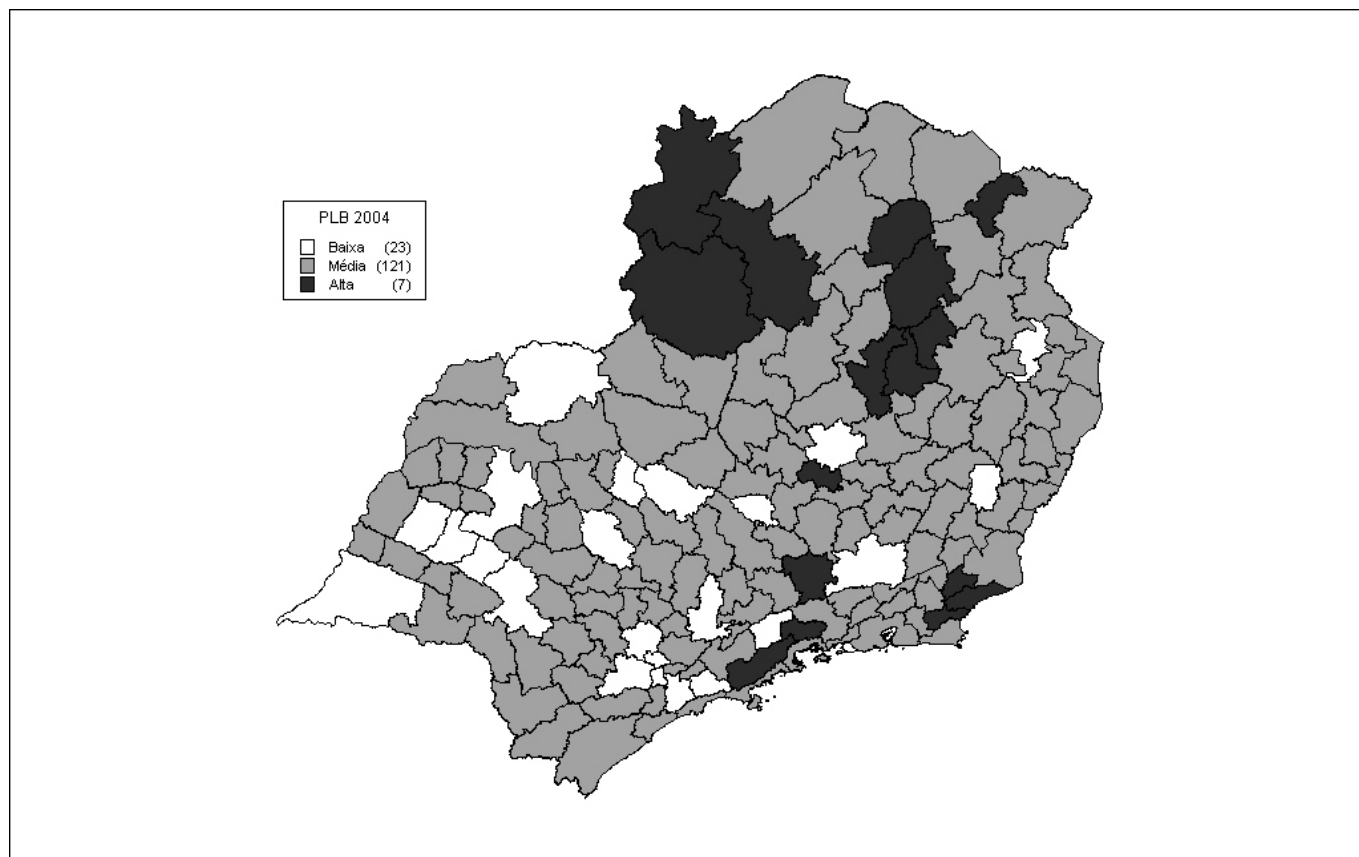
MAPA 3 – Preferência pela Liquidez dos Bancos - 1994



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

⁷ A Preferência pela Liquidez dos Bancos é extraída de CROCCO *et al.* 2003, refletindo a preferência dos bancos em geral de manter seus ativos na forma mais líquida possível, e é calculado da seguinte forma: taxa de depósitos à vista sobre operações de crédito.

MAPA 4 – Preferência pela Liquidez dos Bancos – 2004



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

O aspecto do crescimento diferenciado nos anos de 1994 e 2004 abordado nos primeiros parágrafos desse trabalho pode ser visualizado regionalmente, através da análise do comportamento da oferta de diferentes tipos de crédito na região Sudeste. Em 1994 temos um crescimento econômico impulsionado por componentes de consumo, em um contexto de estabilização incipiente da moeda e quedas do nível de incerteza na economia. Regiões então acompanham tal crescimento com variação em todas as formas de crédito ofertadas e realçam aspectos econômicos locais fortes. Os índices de preferência pela liquidez dos bancos acompanham esse movimento, reduzindo-se na maioria das microrregiões.

Já em 2004 podemos afirmar que presenciamos um ambiente de crescimento econômico diverso, onde o crescimento da oferta de crédito se concentra apenas na sua forma de financiamento ao setor exportador, e as regiões apresentam crescimento do crédito estrutural, seguindo o padrão ditado pela região sudeste como um todo. Os índices de PLB mais uma vez demonstram o retrato dessa predominância, apresentando níveis mais altos para todas a maioria das microrregiões.

Definitivamente, um crescimento como o presenciado em 1994 é muito mais benéfico para as regiões analisadas porque faz com que estas favoreçam os aspectos dinâmicos presentes em suas atividades econômicas, podendo apresentar taxas diferenciadas de crescimento que possam fornecer uma melhor estruturação de sua malha produtiva e conseqüente redução das diferenças entre regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, M.; BIDERMAN, C.; LIMA, G. T. Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa (PB). *Anais ...* Belo Horizonte: ANPEC, 2004. 1 CD-ROM.
- AMADEO, E. J. *Keynes principle of effective demand*, Edward Elgar: Aldershot. 1989.
- AMADO, A. *Disparate Regional Development in Brazil*. Aldershot: Ashgate, 1997.
- AMADO, A. A Questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: uma interpretação Pós-Keynesiana, *Estudos Econômicos*, vol. 27, n.2, 1998.
- AMADO, A. Moeda, Sistema Financeiro e Trajetórias de Desenvolvimento Regional Desigual. In: Lima, G. et. al. (eds.) *Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Campus: Rio de Janeiro, 1999.
- ASPINWALL, R.C. Market Structure and commercial bank mortgage interest rates, *Southern Economic Journal*, n.36, p.376-84, 1979.
- BEARE, J.B. A monetarist model of regional business cycles. *Journal of Regional Science*, n.16, p.57-63, 1976.
- CEBULA, R.J.; ZAHAROFF, M. Interregional capital transfers and interest rate differentials: na empirical note. *Annual Regional Science*, n.8, p.87-94, 1974.
- CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; BARRA, C. Polarização Regional, Sistema Financeiro e Preferência pela Liquidez: uma abordagem Pós-Keynesiana – novos conceitos. *Encontro de Economia Política – SEP*. Florianópolis, 2003.
- CROCCO, M E CASTRO, C. 2004. Moeda e Espaço no Brasil: um estudo de áreas selecionadas. *Revista de Economia Política*. Vol. 24, n. 3. p 386-403. São Paulo, 2004.
- CROCCO, M , CAVALCANTI , A, CASTRO, C. Liquidity preference and regional development. *Journal of Post Keynesian Economics*. 2005 (no prelo).
- DOW, S. C. The regional Composition of the Bank Multiplier Process. In: DOW, S.C. (ed.), *Money and the Economic Process*. Aldershot: Elgar, 1982.
- DOW, S. C. The Treatment of Money in Regional Economics. In: DOW, S.C. (ed.), *Money and the Economic Process*. Aldershot: Elgar, 1987.
- DOW, S. C. *Money and the Economic Process*. Aldershot: Elgar, 1993.
- DOW, S. C. The Stages of Banking Development and the Spatial Evolution of Financial Systems. In Martin, R. (ed.). *Money and the Space Economy*, London: Wiley, 1999.
- DOW, S.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. Regional Finance: a survey. *Regional Studies*, vol.31, n.9, p.903-920, 1997.

- FAINI, R.; GALLI, G.; GIANNINI, C. Finance and Development: The case of Southern Italy. In: Giovannini, A. (ed.), *Finance and Development: Issues and experience*. Cambridge: University Press, 1993.
- GARRISON, C.B.; CHANG, H.S. The effect of monetary and fiscal policies on regional business cycles. *Interregional Regional Science Review*, n.4, p.167-80, 1979.
- HUTCHINSON, R.W.; MCKILLOP, D.G. Regional Financial sector models: an application to the Northern Ireland financial sector. *Regional Studies*, n.24, p.421-31, 1990.
- KELEHER, R.E. Regional credit market integration: a survey and empirical examination. *Technical Papers*. Federal Reserve Bank of Atlanta, Atlanta, GA., 1979.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982. 328p.
- MARTIN, R. (ed.). *Money and the Space Economy*, London: Wiley, 1999
- MATHUR, V. K.; STEIN, S. Regional impact of monetary and fiscal policy: an investigation into the reduced form approach. *Journal of Regional Science*, n.20, p.343-51, 1980.
- MATHUR, V. K.; STEIN, S. The regional impact of monetary and fiscal policy: some further results. *Papers of Regional Science Association*, n.50, p.67-74, 1982.
- MATHUR, V. K.; STEIN, S. Regional impact of monetary and fiscal policy: a reply. *Journal of Regional Science*, n.23, p.263-65, 1983.
- POSSAS, M. L. Demanda efetiva, Investimento e Dinâmica – A atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, Vol.3, n.2, p.17-46, jul./dez. 1999.
- POSSAS, Mario Luiz. *A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 352p.
- RICHARDSON, H. W. Regional economics: Location Theory, Urban Structure and Regional Change. World University, London, 1972.
- RICHARDSON, H. W. Regional Growth Theory. MacMillan, London, 1973.
- ROBERTS, R. B.; FISHKIND, H. H. The role of Monetary Forces in Regional Economic Activity: An Econometric Simulation Analysis. *Journal of regional Science*, v. 19, 1, p.15-29, 1979.
- RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. Credit Availability and Regional Development. *Papers in Regional Science*, v. 77, 1, p.63-75, 1998.
- SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. *Economia*, v. 4, n. 1. jan./jun. 2003.
- SILVA, A. *Macroeconomia sem equilíbrio*, Campinas: FECAMP, 1999.

VASCONCELOS, M.; FUCIDJI, J. R.; SCORZAFAVE, L. G.; ASSIS, D. L. O todo e as partes: distribuição regional e determinantes do crédito bancário brasileiro: uma análise com dados em painel. In: *VI Encontro Regional de Economia da Região Sul*, Curitiba, set. 2003.

SP	35003	Votuporanga	26,9	0,29	25,9	0,34	1,0	0,06	6,0	0,09	2,7	0,05	3,4	0,20
----	-------	-------------	------	------	------	------	-----	------	-----	------	-----	------	-----	------